

Olivamento

Governo usa aplicações para cobrir gastos

Disponibilidades só eram usadas para resgatar títulos públicos

BRASÍLIA — O contingenciamento do orçamento da União e a pressão dos órgãos que já esgotaram suas dotações para pagar a folha de pessoal este mês, obrigou o governo a recorrer, pela primeira vez neste ano, ao resultado das aplicações das disponibilidades do Tesouro Nacional no Banco Central para financiar despesas. Até agora, esses recursos eram aplicados exclusivamente no resgate de títulos da dívida pública.

Com a nova orientação, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, pediu autorização ao Congresso para que, do total apurado de Cr\$ 4,6 trilhões das remunerações do Tesouro, cerca de Cr\$ 540 bilhões sejam empregados no pagamento de pessoal, deixando de constituir receita

para reforçar o superávit de caixa do Tesouro.

Segundo o projeto de lei enviado ao Congresso, o Ministério da Aeronáutica foi beneficiado com Cr\$ 172,1 bilhões, liderando a lista dos ministérios. Até a Presidência da República foi beneficiada, recebendo um reforço no seu caixa de dezembro para pagar pessoal de Crs 38,4 bilhões.

O governo foi obrigado a complementar até as dotações orçamentárias de órgãos e entidade em extinção, dissolução ou privatização, com a destinação de outros Crs 115,7 bilhões. O Ministério da Infra-Estrutura recebeu um adicional de Cr\$ 89,3 bilhões; o da Marinha, de Cr\$ 87,4 bilhões; e o das Relações Exteriores, de Cr\$ 23 bilhões.

Os Ministérios da Ação So-

cial, Economia, Educação, Justiça e Saúde receberão dotação adicional entre Cr\$ 1 bilhão e Cr\$ 7 bilhões.

O remanejamento dessas verbas, se autorizado pelo Congresso, não representará, entretanto, ampliação da dotação prevista no orçamento para o pagamento de pessoal. Ou seja, mesmo recorrendo aos Cr\$ 540 bilhões, o teto para a folha de pessoal continua em Cr\$ 7,3 trilhões.

Caso o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, acatasse os pedidos apresentados pelos órgãos, teria que ultrapassar o teto orçamentário em cerca de Cr\$ 1 trilhão, já que todos os ministérios e empresas juntos apresentaram pedidos que elevam os gastos anuais para Cr\$ 8,3 trilhões.